

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

PROJETO URBANO E FORMA URBANA: CONTEÚDOS DIALÉTICOS

Raphael Barbosa Rodrigues (PROURB/UFRJ)

Projeto Urbano e Forma Urbana: Conteúdos Dialéticos

Este trabalho aborda o tema da forma urbana nos Projetos Urbanos inseridos numa nova dinâmica de planejamento. Construiremos um caminho para compreender a forma urbana como um “lugar” onde estão impressos conflitos e dualidades, idéias e ações que criam – dentro das devidas possibilidades – o urbano. Temos como objetivo aprofundar o entendimento do Projeto Urbano como uma ação, explicitando sua propriedade de criar e transformar morfológicamente a cidade, consolidando-o como um instrumento de intervenção urbana significativo e de reflexão do arquiteto.

Como podemos compreender fenômenos mutáveis presentes numa dinâmica urbana tão incerta e heterônoma, onde a cidade se refaz a cada acontecimento? Entendemos que este estudo significa um momento de análise de dois temas com delimitações conceituais múltiplas que se tocam sem previsão, lançando bases para reflexões futuras onde delinear o campo disciplinar de arquitetura e urbanismo nos projetos urbanos auxiliará a compreender o papel do arquiteto no urbanismo hoje.

1. As Origens do Projeto Urbano

A urgente demanda de reconstruir as cidades européias parcialmente destruídas na Segunda Guerra Mundial estimulou o desenvolvimento de uma prática urbanística calcada nos princípios pragmáticos modernistas, como funcionalidade, ordenação e monumentalidade. Apesar da maioria destes projetos terem almejado (re)criar espaços urbanos adequados e “socialmente” mais justos, um significativo número deles não respondeu positivamente a estas necessidades no ambiente construído.

Tal descontentamento com o urbanismo foi força motriz para o desenvolvimento de diversos trabalhos iniciados principalmente na década de 1960 que, dentre diversos enfoques, analisaram o estado crítico de degradação das cidades que sofreram intervenções do pós-guerra, principalmente relacionadas às suas questões morfológicas.

O Projeto Urbano foi então desenvolvido, dentre outros aspectos, sobre as críticas ao urbanismo modernista, buscando princípios que não se materializassem em modelos formais, muitos menos em métodos de abordagem unívocos. PANERAI e MANGIN (1999) indicam que a definição do projeto urbano recai sobre uma complexa revisão dos saberes em torno da arquitetura, da cidade e das suas relações de dependência, ficando evidente o amplo espectro de princípios que rege o projeto urbano, ação de intervenção urbana.

No desenvolvimento de um processo onde o senso de competitividade entre as cidades se exacerba, surgem novos sistemas de planejamento que se propõem a adaptá-las a este novo contexto. Dentre eles, surge um planejamento que sugere a elaboração de um “projeto de cidade”, traçando estratégias que visam aumentar o potencial das cidades para responder às demandas globais, e conseqüente atração de recursos financeiros.

Assim, na década de 1970, com o rearranjo da economia mundial e a revisão do papel do Estado nas ações públicas, os Projetos Urbanos surgiram como instrumento urbanístico caracterizando as intervenções urbanas. As novas necessidades de implementação e gestão de projetos tornam-se evidentes em um Estado marcado pela descentralização, desregulamentação e flexibilização dos instrumentos normativos.

Propondo um outro raciocínio, SOLÀ-MORALES (1987) afirma que o projeto urbano passa hoje pela sua “segunda história”, pois o autor defende a tese de que ele surge na década de 20¹, articulando a arquitetura moderna e projetos sociais. Segundo o autor, algumas idéias que estavam presentes no pensamento urbanístico ainda vigoram, no entanto, muito destes conceitos se pulverizaram ao se tomar a história do urbanismo moderno como a história dos CIAMs (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna).

Para o autor, por exemplo, os planos de Berlage para Amsterdã e o de Unwin para Letchworth são ricas contribuições para compreender alguns elementos do projeto urbano. O primeiro ao trabalhar a cidade manipulando arquiteturas em seu contexto, o segundo, com a preocupação formal das ruas como estrutura projetual. É importante esta visão de SOLÀ-MORALES (op. cit.), pois indica os possíveis vazios teóricos na prática urbanística recente, causados pela ruptura conceitual colocada pelo urbanismo funcionalista.

Segundo MERLIN e CHOAY (1988), apesar do surgimento desta prática urbanística com as características do que hoje compreendemos como Projeto Urbano, é apenas na década de 1980 que o termo adquire relevância nas publicações. Projeto Urbano deriva do termo francês *Projet Urbain*², no entanto, este conceito é também desenvolvido anteriormente em outras partes da Europa (principalmente na Itália na década de 1980) e América do Norte como *Urban Design*.

É necessário inicialmente esclarecer uma questão: o termo inglês *design* tem uma conotação que engloba desenho, projeto, e, acima de tudo, significa processo. O verbete projeto, cuja raiz é *pro-jectare*, indica lançar-se à frente, ou seja, faz parte daquilo que ainda não é, mas ainda poderá ser. Desenho, conforme a raiz latina do termo, vem de *designo*, isto é, vontade, intenção, desejo. O projeto é “qualquer previsão, predição, predisposição, plano, ordenação, predeterminação, etc, bem como modo de ser ou de agir próprio de quem recorre a possibilidades³”. Independentemente do termo que se utiliza para caracterizar o urbanismo de ação (MERLIN e CHOAY, op. cit.), *Urban Design* ou Projeto Urbano, um tema sempre percorrerá ambas definições, seja na sua versão americana (*design*) ou francesa (*projet*): a noção de processo.

Estas discussões semânticas podem causar certas indefinições no campo disciplinar de arquitetura e urbanismo, nos mostrando a dificuldade em determinar um caminho para a leitura do problema. Se pretendermos delimitar uma maneira de observar a forma urbana nos projetos urbanos, precisamos antes de tudo compreender sua abrangência e complexidade, além de reconhecer suas interfaces. Afinal, *urban design* e projeto urbano são a mesma coisa? Ambas as terminologias, ou meios de se intervir na cidade, pressupõe um comprometimento com a dinâmica de planos abertos, não encarando a intervenção urbana como projetos arquitetônicos de grande escala. O entendimento de que a nova geração de Projetos Urbanos também pode se apropriar de alguns princípios teóricos do *urban design*⁴ nos parece pertinente.

Não é foco deste trabalho abordar esta questão, mas sim alertar indicando o vasto campo teórico conceitual em que o Projeto Urbano paira sobre, qualidade que ao mesmo tempo

mostra sua riqueza e dificulta quaisquer delimitações metodológicas, inclusive a nossa, da forma urbana.

Na apresentação do Congresso Internacional (Organizado pelo DAU, do *Ministère de l'Équipement, du Logement et des Transports*, Stransburgo) intitulado *Projet Urbain' 92: de l'intention à réalisation*, foram expostas as contradições da expressão projeto urbano, contendo os seguintes dizeres:

“O projeto urbano é também uma maneira de lutar contra a cidade que exclui, a ‘cidade do zoneamento’. É a tentativa de obter a complexidade urbana, trabalhando sobre a totalidade do território urbano com a mesma profundidade, ou com uma maior complexidade, para os bairros e as populações em dificuldade. É um outro modo de fazer a cidade ou de não deixar que se desfaça sob pequenas operações esparsas ou incoerentes⁵”.

É importante reafirmar que a partir da década de 1960 iniciaram-se importantes avanços acerca de novas “teorias” urbanísticas que subsidiaram o Projeto Urbano, estas eram compostas por diversos elementos conceituais construídos em um momento de cristalização das críticas ao urbanismo modernista, através de posições historicistas, onde o “sentido do lugar”, “significantes e identidades” da paisagem urbana eram ressaltados como fio condutores de uma revisão crítica.

A partir de então, a necessidade de incorporar e rever conceitos formais e tipológicos do urbanismo inicia-se. Foram anos de revisão sobre a postura inicial dos CIAMs que culminaram em 1973 com a Trienal de Milão, a fundação da Revista "Oppositions" e do Instituto de Estudos Urbanos de Nova Iorque (MUNIZAGA, 2002).

Segundo BUSQUETS (1999) a visão consolidada pelo urbanismo do pós-guerra, que almejava um projeto “total” de cidade, homogêneo e totalitário, confronta-se com uma cidade existente complexa. Esta visão pode ser percebida no tratamento dado ao espaço urbano, com um planejamento onde o zoneamento (*zoning* funcional) e os “padrões” prevaleceram na idéia de alterar a forma urbana da cidade. No entanto, o autor nos mostra que este pensamento foi, mesmo assim, de grande valia como método de análise da cidade, suas conexões e possibilidades, gerando um conjunto de reflexões acerca dos fenômenos urbanos e sua gestão. MUNIZAGA (op. cit.) nos apresenta e sistematiza cinco repercussões paradigmáticas na produção urbanística a partir da década de 1960. Um deles⁶ refere-se ao último CIAM de 1959 em Oterloo, onde gerou a transição entre as disciplinas de Projeto Urbano e

planejamento, coincidindo com o primeiro curso de graduação em *Urban Design* organizado por José Luis Sert na Universidade de Harvard (1960). Desde então, se publicaram diversos projetos, como o da cidade de Hook Toulouse, a Cidade Universitária de Berlim, o Plano de Washington 2000, entre outros, apresentando novas metodologias que vão aos poucos configurando o campo do Projeto Urbano.

Para o urbanismo neste período, a cidade existente começa a ser vista como contexto importante de atuações urbanas, onde cada parte urbana era fundamental para o entendimento por completo da cidade. SOLA-MORALES (1987) afirma que desta complexidade nasce o real entendimento da cidade moderna, ao contrário do funcionalismo, da cultura das grandes cidades, que nasce na revolução industrial no séc XIX. O Projeto Urbano era, naquele momento, a resposta a uma "arquitetura total" ou "arquitetura grande" da cidade, iniciando a transição de um apuro técnico para um idealismo estético dos arquitetos e urbanistas em um contexto de urbanização radicalizada. A cidade vista como um artefato, uma paisagem.

Na Alemanha, este processo teve início na década de 1970 com a *Internationale Bauausstellung*, IBA, uma exposição coordenada por Josef Paul Kleihues para recuperar as áreas degradadas de Berlim. Como a *Weissenhofsiedlung* de Stuttgart que Mies Van der Rohe organizou em 1927, a IBA seria uma exposição permanente com objetivo de agregar obras arquitetônicas ao patrimônio urbano, no entanto, a intenção não era implantar uma série de monumentos, mas sim exibir a complexidade da cidade europeia através de uma reconstrução crítica (SCHULTZ, 2004).

Segundo BUSQUETS (op. cit.) nas décadas de 1980 e 1990 que se consolida a interpretação de grandes áreas urbanas como mote de transformação da cidade existente. O autor alerta para as áreas portuárias obsoletas, as estações ferroviárias e as novas possibilidades de transporte como o TGV, e os grandes setores industriais. Surgem neste período grandes Projetos Urbanos vinculados a um plano de estratégias, como por exemplo, os projetos de Barcelona e as Olimpíadas de 1992, as Docklands em Londres, a Expo 92 em Sevilha, o porto de Kop van Zuid em Roterdã, a Expo 95 de Viena, Euralille Metropolis, entre outros.

Segundo Nuno Portas¹⁰, o fato da maioria das grandes cidades ter parado de crescer em ritmo acelerado, permitiu que o urbanismo deixasse de ser um urbanismo de antecipação e previsão para assumir uma postura mais imediatista, reafirmando a propriedade de entender o projeto urbano como processo. A consciência da limitação dos recursos financeiros do Estado fez com que o planejamento urbano se apoiasse na negociação entre os atores envolvidos e sua conseqüente viabilização através dos projetos urbanos.

Neste ponto TSIOMIS (1996) afirma que esta é uma das mais importantes propriedades do projeto urbano: ser um articulador, não só das decisões, mas também dos tecidos urbanos, formas, tempos, escalas, entre outros. Todos estes fenômenos fizeram com que a relação entre o Plano e o Projeto assumisse um novo papel com a ênfase conferida ao Projeto Urbano, entendido agora como o "lugar" das negociações, revelando questões pertinentes ao tema da forma urbana.

2. Intercalando Escalas: a dinâmica entre o Plano e o Projeto Urbano

Assim como os planos urbanos desenvolvidos no período pós-guerra, os novos sistemas de planejamento hoje enfatizam a importância dos Projetos Urbanos. Entretanto, dois fatores referentes ao Projeto Urbano parecem diferenciar entre si esses "modelos": (1) o relacionamento entre as escalas do planejamento e do projeto e (2) o referencial teórico utilizado pelos arquitetos na ação projetual.

O primeiro fator diz respeito à relação entre o plano e o projeto urbano, que rompem uma hierarquia do planejamento convencional, desta maneira, possibilitando uma nova interpretação das escalas de atuação, e também da forma urbana abordada em diferentes níveis de observação. O segundo fator se refere ao desafio dos arquitetos em lidar com a superação do corpo teórico consolidado no segundo pós-guerra, devido ao extenso repertório conceitual que o Projeto Urbano clama, um tema para futuras indagações.

O Projeto Urbano não é mais um produto derivado do planejamento onde os seus impactos supostamente obedecem a uma lógica pré-estabelecida nos objetivos do plano. Nas novas dinâmicas de planejamento, os Projetos Urbanos originam-se e se desenvolvem numa relação aberta, flexível e, sobretudo, desprovida de um sentido hierárquico.

Diante disto, a relação entre o plano e o projeto assume outra dimensão, conferindo responsabilidades ainda maiores ao Projeto Urbano, como as recentes intervenções urbanas que se instauram em recortes bem definidos de território, esperando-se delas efeitos previstos ou não pelo plano⁷. Esta dinâmica tem como principal característica um processo de *feed-back* contínuo entre plano e projeto, podendo sempre trazer para o projeto urbano a redefinição das estratégias adotadas.

Toda esta dinâmica se insere em um contexto da cidade contemporânea, representada por um panorama de ambivalências e incertezas, onde os sistemas desenvolvidos de informação e deslocamento tornam as possibilidades de macro-planejamento cada vez mais distantes, desmaterializando o espaço enquanto território, rompendo a hierarquia entre o micro e o

macro, entre centro e periferia, entre qualquer possibilidade de entendimento maniqueísta desta cidade (VIRILIO, 1994).

CASTELLS (1996), estrutura sua visão desta dinâmica urbana denominando temporalidades que categorizou como “espaço de lugares” e “espaço de fluxos”. Neste último, o autor acredita que as possibilidades de novos rumos na prática projetual urbanística se ampliam. Apesar de abordagens distintas, os dois autores acreditam que a chave do entendimento da cidade contemporânea tem a ver com novos paradigmas na relação espaço-tempo.

Desse modo, a cidade contemporânea e sua dinâmica impõem desafios que alteram o processo projetual contemporâneo, nos mostrando a atual dificuldade em apreender o território da cidade⁸. Como expressa Rem Koolhaas em seu libelo *What Ever Happened to Urbanism* (1996): “Nossa sofisticação esconde os maiores sintomas da covardia concentrados na simples questão de tomar decisões (...) de acordo com Derrida não podemos ser inteiros, segundo Baudrillard não podemos ser reais, de acordo com Virillio, não podemos estar lá”.

Após a crise do planejamento dos anos 1980, BUSQUETS (op. cit.) afirma que as escalas de planejamento e projeto urbano se alteram simultaneamente, através de um movimento interdependente. Assim, o autor interpreta que a evolução da noção de Projeto Urbano está associada ao desenvolvimento de uma escala intermediária entre o plano e o projeto, através de um processo que se inicia com a crise do urbanismo do pós-guerra, trazendo novas reflexões acerca da forma urbana.

A relação entre plano e projeto suscitou em alguns países europeus (principalmente Itália e França) diversos questionamentos ainda frutíferos para melhores definições do projeto urbano hoje. Bernardo Secchi⁹ chama de uma política de "renovatio urbis", a postura que redesenha a geografia funcional e simbólica da cidade e do território levando-a a ficar mais próxima do mapa mental da sociedade, acrescentando ao palimpsesto urbano um novo "layer" que lhe permite uma nova interpretação. Quando esta relação entre plano e projeto assume uma dimensão de conflito entre as escalas de atuação, Secchi afirma não admitir a “morte do plano”, pelo contrário, entende que deve haver uma reflexão que atravesse escalas.

Este momento se evidencia pela atual necessidade de se superar contradições teóricas aparentes entre um “urbanismo de conjunto” e uma “soma de fragmentos”. Este “urbanismo de conjunto” sugere uma nova figura neste processo, o projeto urbano, articulador de fragmentos e de escalas. Assim, o Projeto Urbano surge como uma tentativa de reconhecer a complexidade urbana, trabalhando sobre a totalidade, ou seja, um modo de fazer a cidade sob pequenas operações coesas e coerentes, ou como coloca TSIOMIS (op. cit), um urbanismo de articulação.

MOSCATO (1995) afirma que a crise dos Estados Nacionais, devido às grandes alterações estruturais econômicas e produtivas dos últimos 30 anos, trouxe o protagonismo para as cidades, pois são elas que irão dar respostas às expectativas de seus habitantes. Com isso, as cidades recorrem novamente à “Cultura do Plano”, explicando a proliferação de planos estratégicos que repetem automaticamente metas e objetivos, propondo reformulações de grandes planos territoriais em áreas metropolitanas, e também planos de setor para resolução de fragmentos urbanos. BUSQUETS (op. cit., p.10) aponta para um jogo de forças entre as “ações” e os “projetos”, fazendo com que a noção seqüencial entre plano geral, plano parcial e projeto arquitetônico se dilua na complexidade dos processos especulativos. Este fator insere nos projetos urbanos um potencial indutor significativo de efeitos de coesão.

O Projeto Urbano hoje não se encaixa em um plano normativo, mais sim em planos que se preocupam com a regulamentação de futuras e eventuais intervenções urbanas, ou seja, planos que se propõem a ser um plano de ações visando soluções de problemas atuais e concentrando-se nas possíveis articulações de agentes urbanos com o objetivo de explorar as reais possibilidades da cidade. Conseqüentemente, o plano não é mais o território da previsão, mas sim o lugar da flexibilidade, da negociação em longo prazo, segundo PORTAS¹⁰, o plano não mais é objeto de realização, mas sim um rico documento de interpretação.

Esta nova lógica surgiu apenas no final da década de 1980, como visto anteriormente, através de novas articulações entre plano e projeto urbano. PORTAS (1998) e BORJA (1995), denominaram esta dinâmica como um urbanismo de terceira geração¹¹, caracterizado por um campo de ação onde a figura do arquiteto urbanista tornou-se novamente importante no momento de materializar as estratégias de cidade.

A relação entre essas duas escalas urbanas de atuação no espaço urbano, o plano e o projeto, possibilita que o desenvolvimento do plano defina os projetos urbanos e as prioridades entre eles. Os mesmos projetos, ao serem desenvolvidos e implementados, ajudam a estabelecer novos objetivos gerais do plano, muitas vezes, até redefinindo as suas estratégias básicas. Dessa maneira, um plano pode legitimar um grupo de projetos urbanos articulados. O contrário também pode ocorrer e projetos urbanos, algumas vezes já elaborados antes mesmo do início do plano, podem também ser incorporados ao plano para ajudá-lo na sua viabilização (BRANDÃO, 2002).

O potencial destas intervenções urbanas depende da coerência entre os projetos e do poder de gerar benefícios sobre os seu entorno imediato, legitimando a intensidade do capital público investido em poucos e restritos pontos da cidade. TSIOMIS (2003) observa o projeto urbano como uma *démarche*, um processo aberto, nunca restritivo, afirmando que um conteúdo

programático ainda deve ser flexível, trazendo conseqüências diretas para o projeto urbano enquanto resposta material. Estas articulações se apresentam de maneira dinâmica, transformando recortes da cidade a cada nova intervenção.

Segundo MOSCATO (op. cit.), o plano contém as decisões básicas e primordiais para a cidade, para um determinado tempo, mas constituem uma ação passiva, ou seja, não colocam em operação as decisões e consensos fundamentais que constituem o plano. Fica claro que a grande dificuldade dos planos não é a sua elaboração e consolidação, mas sim a sua vigência, pois as decisões políticas estão sempre em movimento, alterando subitamente as circunstâncias. Neste instante, segundo o autor, surge a necessidade de compreender o Projeto Urbano como forma de materialização que o torna um instrumento de atuação real sobre o espaço físico da cidade.

Assim, MOSCATO (ibid.) aponta a necessidade de uma revisão crítica da disciplina como: (1) o problema da crença que o projeto urbano pode ser resultado de um grande gesto; (2) de que as grandes estruturas urbanas e os equipamentos que estão no imaginário coletivo se tornam motrizes das decisões básicas do projeto e onde a execução parta do geral ao particular; (3) de que o projeto urbano deve ser executado em peças, com definições flexíveis. Diante destes novos processos surge a figura de um intermediador, que deverá ajustar as questões de planejamento ao projeto e vice-versa. Este intermediador é inevitavelmente aquele que concebe o projeto enquanto estrutura física — o arquiteto — tornando evidente a autonomia do projeto urbano no processo materialização das estratégias concebidas em um plano urbano. Por isso, é necessário que a postura do arquiteto na elaboração da sua proposta demonstre afinidade com o papel do projeto urbano hoje nestes novos processos de planejamento.

Neste sentido, BUSQUETS (1996, p.17) coloca que este processo aberto busca na experimentação e no empirismo o fundamento de seus princípios. Apesar das contradições e incertezas, os planos e os projetos devem aglutinar idéias e processos onde a valorização de uma intervenção esteja calcada na maneira prodigiosa em que a cidade se transforma e se atualiza sobre si mesma. Talvez seja este um dos grandes desafios do projeto urbano ao conduzir o tema da forma urbana, buscando nos elementos-síntese integrar os processos reflexivos de escalas urbanas distintas.

3.Projeto Urbano e Forma Urbana: Interfaces

Da maneira que a cidade contemporânea se apresenta, seja em crise ou mutação como cita TSIOMIS (1996), sempre será o momento propício para o surgimento de novas “teorias”, não para afrontar a crise, mas sim para inovar, acompanhando as transformações urbanas que aos poucos conseguimos observar. Nesse sentido, o Projeto Urbano pode ser o objetivo final das estratégias de cidade e, por isso, a sua complexidade, descrita pelo autor, rebate no processo de construção de uma resposta formal.

É importante neste momento entender a forma urbana não como uma questão de desenhos de volumes inseridos na cidade, como em alguns “Planos de Massa” desenvolvidos no final da década de 1980¹², onde o programa se encaixava em formas pré-determinadas pensadas em escala semelhante aos planos modernistas, mas com um diferencial evidente: os preceitos teóricos foram substituídos por discursos individuais que, na maioria das vezes, se situavam entre seguir ou não uma estética contextualista. Assim, neste início de século, todo um corpo de crenças urbanísticas consolidadas no século XX parece ser colocado em questão, clamando por uma revisão crítica que, segundo MOSCATO (2003), faz do Projeto Urbano um laboratório ideal para o estudo da forma urbana.

Segundo DEVILLERS (1984, p.41) o estudo da forma urbana, através da análise da morfologia e tipologia urbana, como um estudo cognitivo, foi abandonado na década de 1970, mostrando a necessidade do urbanismo em alçar novos horizontes neste plano. O autor ainda alerta que o estudo tipo-morfológico não deve reduzir ao estudo das formas tradicionais, caso contrário, o urbanismo pode se transformar num tratamento superficial. Assim, o autor propõe que o estudo da forma urbana se oponha a “criatividade” da arquitetura moderna em seus temas espaciais, conseqüentemente articulando a complexidade recente de interpretação da cidade.

Devido ao Projeto Urbano surgir como alternativa a um urbanismo de regulamentações, segundo DEVILLERS (1994, p.35), ele deve se balizar no tema da forma urbana, pois este é o elemento chave que distingue esta nova maneira de se intervir na cidade, afinal, os grandes planos urbanísticos não mais conseguem articular formas urbanas de maneira mais próxima, como o projeto urbano realiza. Por isso, o desafio do Projeto Urbano em alterar a forma urbana não se esgota simplesmente na construção de um objeto plástico ajustado ao entorno, mas sim de uma junção de fatores abstratos aliados à forma em si.

Como destacam MERLIN e CHOAY (op. cit., p.306-309) a forma urbana é objeto de reflexão multidisciplinar, no entanto, a forma urbana pressupõe de um conhecimento de uma

“arquitetura urbana”, ou seja, de um conhecimento pertinente ao saber dos arquitetos. Por isso, o Projeto Urbano parece desenvolver determinados valores na autonomia do arquiteto e, conseqüentemente, no campo disciplinar de arquitetura e urbanismo. Como nos mostra a história das teorias urbanas, esta autonomia está cada vez mais reticente a um “normativismo teórico¹³”, tornando plural as ferramentas conceituais ao qual o projeto urbano se apropria.

TSIOMIS (2003) afirma que o Projeto Urbano sempre estará submisso a fatores externos, fazendo com que o produto tenha um complexo caráter heterônimo¹⁴. No entanto, apesar de toda a complexidade em que o urbanismo se sustenta, o trabalho de materializar as idéias ainda está contido no projeto urbano contemporâneo, e compete ao tema da forma urbana abordar. E, segundo o autor, talvez este seja o aspecto que mais caracteriza o componente autônomo do projeto, sua *démarche* particular.

Neste sentido, BUSQUETS (1999) indica que as correntes de pensamento urbanístico que antecedem o Projeto Urbano ainda são preciosos instrumentos¹⁵. Além disso, o autor afirma que os projetos urbanos que integram infra-estrutura e edificação são especiais, pois permitem alterar a forma urbana, e que este compromisso renova a abordagem da composição urbana, ou seja, um caráter autônomo do Projeto Urbano novamente prioritário no processo de intervenção urbana.

Com isso, a forma urbana volta a ser elemento importante de discussão urbanística, pois os projetos urbanos se propõem a trabalhar pontos sensíveis da cidade. BUSQUETS (op. cit., p. 11) afirma que com todo este processo de revisão instrumental, “(...) o projeto urbano se recupera e a composição urbana volta a ser prioritária”. DEVILLERS (op. cit., p.31) aponta este debate quando afirma que a forma urbana é abordada pelo Projeto Urbano nas discussões em torno da permanência e da alteração dos elementos da estrutura urbana. A idéia de forma urbana ultrapassa o limite de simples justaposições e articulações de “peças urbanas”, pois o autor atribui ao urbanismo que se calca numa lógica de setores uma redução do entendimento da forma urbana.

A noção de forma urbana dentro dos Projetos Urbanos parece começar no momento em que a cidade é apreendida como um conjunto de fragmentos desarticulados e impassíveis de controle total. Assim, o Projeto Urbano, através da forma urbana, trabalha com problemas de continuidades, descontinuidades, com novas conexões urbanas, contigüidades (MAGALHÃES, 2006), com novos sistemas de planejamento, escalas sobrepostas, entre outras questões.

Dessa maneira, a atenção voltada ao estudo da forma urbana, principalmente pelos italianos¹⁶ na década de 1960, fez com que o urbanismo desenvolvesse uma propriedade interpretativa da

cidade sobre seus aspectos materiais e simbólicos. Assim, o Projeto Urbano, nas décadas seguintes pôde se consolidar como uma ferramenta para trabalhar as discontinuidades promovidas pelo urbanismo de setores, ou funcionalista, e até mesmo refletir sobre as discontinuidades de decisões de um urbanismo de regulamentações.

Os autores que se detiveram neste vetor de interpretação da cidade desenvolveram conceitos e metodologias de análise da forma urbana como um processo de construção da cidade induzida pela atuação de diversas forças sociais no território urbano. Nos salta aos olhos a preocupação desta vertente italiana em ter como premissa que a cidade é um conjunto coerente de infindáveis elementos, embora heterogêneos e às vezes disperso, onde cada estrutura possui papel fundamental na constituição da forma urbana.

4. Escala e Composição

Nesta parte, utilizaremos duas categorias de análise de Projetos Urbanos desenvolvidas pelo Laboratório de Projetos Urbanos (LAPU - PROURB/UFRJ¹⁷). A principal característica desta categorização é sua extrema flexibilidade de leitura, pois são categorias que se articulam sem uma hierarquização definida, criando inúmeras dimensões de interpretação.

A Escala nos permite visualizar o escopo de influência de um projeto urbano na forma urbana. A “peça urbana”, segundo DEVILLERS (apud Machado, 1999), é o fragmento da cidade que pode ser transformado, a escala máxima que o arquiteto pode dominar no controle espacial. No entanto, o que mais caracteriza a escala de um projeto, neste sentido, é o seu conteúdo, mais do que o seu tamanho. Podemos visualizar a problemática da escala nos CIAMs, onde eles passaram da escala da habitação, ao bairro, à cidade e à região. Este salto em escalas evidenciou uma ruptura metodológica de intervenção na cidade. Ampliaram-se, desta maneira, o vazio teórico entre a arquitetura do edifício e o urbanismo.

O Projeto Urbano, ao final dos CIAMs, surge como um campo intermediário de discussão abalando conceitos previamente colocados como postulados, abrindo o vazio que buscamos compreender e que o projeto urbano almeja resolver: o vazio entre a escala da arquitetura e da cidade. A cidade e a arquitetura parecem travar uma batalha conceitual para esclarecer seus próprios instrumentos disciplinares e as regras de seus processos.

As diferentes escalas de atuação, segundo Busquets (op. cit, p.7) podem se articular ao mesmo tempo em que podem fornecer ao saber urbanístico novos instrumentos de atuação no território urbano. A interdependência das escalas em detrimento a um efeito cascata de transição – do plano ao projeto - traz à tona o debate acerca da autonomia das escalas de

atuação, onde efeitos sejam recíprocos. Neste raciocínio, Bernardo Secchi nos mostra que deve haver uma reflexão que atravesse escalas:

“Sempre pensei que subdividir o urbanismo da arquitetura confiando a cada uma algumas escalas de intervenção fosse profundamente errado. O que me fascina é a contínua passagem de uma escala à outra nas duas direções; raciocinar sobre desenho de um pequeno degrau em um espaço público e sobre a ordem de posse de um território inteiro; manter unidas estas coisas como estão unidas na nossa experiência cotidiana.”¹⁸”

Com isso, o Projeto Urbano hoje se situa em uma escala indefinida, gerando uma saudável concorrência entre elas, evitando, desse modo, uma limitação rígida de abrangência. SÒLA-MORALES (1987), neste sentido, afirma que o Projeto Urbano é um campo de trabalho intermediário, onde as escalas se entrelaçam e onde o arquiteto é responsável pela forma urbana.

As constantes alterações de escala se materializam através de uma coexistência dinâmica, com isso, participam de maneira incisiva no compromisso com os componentes da forma urbana. BUSQUETS (ibid., p.7) afirma que é necessário uma revisão acerca da racionalidade das escalas entre o plano e o Projeto Urbano, pois a constante busca da “ordem”, por qualquer tipo de pensamento urbanístico, pode assegurar uma incoerência de ações sobre uma complexidade inerente ao próprio processo de criação e inovação. Este questionamento é pertinente à busca pela delimitação do campo disciplinar de arquitetura e do urbanismo face ao complexo panorama da cidade.

A Composição, complexo processo que pretende dar coerência formal ao projeto, é entendida aqui como uma pertinência entre as idéias e seu lugar no espaço físico da cidade. Este processo, o de responder materialmente as intenções impostas pelo projeto urbano, é o aspecto que mais caracteriza a questão da forma urbana nestes projetos. A composição assume sua importância no processo de constituição de alterações físicas da cidade, porque caracteriza a expressão individual das partes do tecido da cidade dentro de uma lógica de ordenação, no espaço e no tempo.

Por isso, o Projeto Urbano assume um papel maior que o do simples desenho do lugar, é a expressão das potencialidades e restrições impostas pelos diversos atores, circunstâncias e acontecimentos, ou seja, os diversos contextos. TSIOMIS (1996) se refere como um urbanismo localizado e um urbanismo de contexto, onde cada lugar demanda um tratamento particular e por isso, segundo o autor, é um urbanismo que recusa modelos formais. Porém,

quando chega o estágio onde as estratégias precisam materializar-se, o Projeto Urbano recorre à composição urbana, fornecendo nesta instância grande autonomia ao projetista e que, segundo RONCAYOLO (op. cit.), é um dos principais componentes do Projeto Urbano.

A chave do entendimento da forma urbana nos Projetos Urbanos se encontra no processo de composição urbana, desse modo, a integração entre partes da cidade, de infra-estrutura e edificações torna-se o instrumento pelo qual o projeto urbano atuará sobre a forma urbana. Neste processo, o Projeto Urbano assume uma propriedade imbricada na forma urbana, pois é ele que articulará as complexidades na riqueza projetual, materializando anseios de cidade em elementos arquiteturais.

A noção de forma urbana extrapola a questão das formas arquitetônicas arranjadas sobre uma tábula-rasa. No Projeto Urbano, a forma urbana se constitui como artefato almejado e existente, qualidade física-espacial, articulação de espaços públicos e privados. Por isso, composição urbana entrelaça a forma urbana com o contexto e com os tempos, e que segundo INGALLINA (2001), rebate no plano teórico e autônomo, pois implica na pesquisa de novos conceitos e novas técnicas projetuais que competem ao campo da arquitetura e urbanismo, buscando responder exigências entre a arquitetura e a cidade.

A noção de “peça urbana” está diretamente ligada à composição urbana nos projetos urbanos, afinal, toda intervenção leva em conta sua relação com uma escala maior, através de relações com o entorno, seja pela sua aceitação ou negação. O controle, mesmo que limitado, pressupõe reconhecer que os efeitos de suas transformações reverberam em diferentes escalas. Segundo PORTAS (1998), o entendimento da composição urbana, como uma atitude maior do que o arranjo físico das coisas no espaço, está vinculada às noções do contextualismo tipológico e morfológico que nasce na chamada segunda geração de projetos urbanos (como o IBA, o SAAL), momento em que surge a chamada “escola tipológica” que constituem uma nova abordagem da cidade existente, como visto anteriormente.

Eles trazem ao debate a importância das tramas urbanas e da memória coletiva como parâmetros de avaliação dos elementos importantes da história da constituição das cidades. Neste instante se consolida o estudo da morfologia urbana potencializada por essa motivação a crítica do modo modernista de se conceber a cidade, ou seja, organizar volumes chegando a um resultado gráfico adequado, como alerta LAMAS (2000, p.15).

Surge neste período a necessidade de retomar os valores simbólicos e sociais da rua, recriar uma nova dimensão de espaço público perdido nos pragmatismos do urbanismo do pós-guerra. Com isso, a relação entre o objeto arquitetônico e o espaço urbano começa a superar esquemas compositivos plásticos, transformando o paradigma da forma urbana. Diversas

pesquisas se enquadram nesta visão, como as de Rossi, e do grupo “Architettura”, que tentaram resolver um abismo conceitual e teórico latente. Neste período emergiram os temas da “morfologia urbana”, que designa o estudo da organização das formas e os fenômenos que propiciaram suas origens e modificações no tempo, ou seja, aspectos exteriores do ambiente urbano que definem paisagem urbana e sua estrutura.

De certa maneira, todas estas elaborações conceituais que surgiram acerca do tema da forma urbana constituíram um vasto de repertório conceitual, que ainda carregam em seu conteúdo importantes elementos para a discussão da forma urbana. Vemos uma grande dificuldade em reconhecer um quadro teórico nos Projetos Urbanos devido à estas diversidade de abordagens conceituais, conseqüentemente, aumentando o desafio na determinação de instrumentos plenamente eficazes.

Como atuar nestes processos que parecem cada vez mais constantes e potencializados pelo o estado de espírito deste século que se inicia? Um caminho pode ser o reconhecimento de alguns elementos conceituais desenvolvidos na história das teorias urbanas, conceitos que possam ser úteis para uma possível construção de uma autonomia do campo disciplinar de arquitetura e urbanismo nos Projetos Urbanos.

5. Algumas Considerações

Este trabalho é parte de uma busca para novas abordagens do tema da forma urbana em Projetos Urbanos. Ao desenvolvermos conexões entre estes conceitos nos foi possível observar como os projetos urbanos, entendidos como atuações urbanísticas incisivas, são instrumentos significativos na dinâmica das transformações urbanas, impressas na forma urbana produzida por eles.

Alterar a forma urbana, através da manipulação formal dos espaços é inevitavelmente um trabalho complexo, pois reconstruir qualidades pratico-simbólicas de um espaço não se esgota simplesmente na construção de um objeto plástico ajustado ao entorno, mas sim de uma junção de fatores abstratos aliados à forma em si. Entender esta dinâmica pelo viés da forma urbana permitiu também compreender os desdobramentos do Projeto Urbano em trabalhar com problemas de descontinuidades, novas conexões urbanas, novos sistemas de planejamento, novos atores incisivos, entre outros.

O Projeto Urbano confere à forma urbana o desafio de conviver com as complexidades latentes, por isso, as constantes alterações de escala exigidas neste processo se materializam através de uma coexistência dinâmica, participando de maneira incisiva nos componentes da

forma urbana, fazendo com que ela possa ser interpretada em um outro patamar de leitura, onde analisar a forma urbana significa observar as tais relações formais em conjunto com o processo de composição urbana, que inclui compreender também os anseios iniciais e elementos conceituais trazidos pelo arquiteto.

Neste ponto visualizamos um componente autônomo do Projeto Urbano, presente na valorização da composição urbana como processo ativo, modificando espacialmente a cidade enquanto estrutura física. O arquiteto se consolida como um ator operante, intermediador de intenções heterônomas, e seu objeto está transfigurado na forma urbana. Ao percebermos que o estudo da forma urbana se insere em um novo paradigma, de extrapolar o debate sobre a estrutura física da forma apenas, torna-se necessário compreender os elementos conceituais que o arquiteto se sustenta e materializa.

Como afirma MOSCATO (2004), o "supermercado de formas urbanas" se apresenta como uma condição de um período onde a modernidade foi radicalizada (GIDDENS, 1998), assim, também reconhecemos a existência de um "supermercado de conceitos" que, se organizados com coerência, podem formar um arcabouço consistente de análise da estrutura material gerada por tais projetos.

A evidente dicotomia teórica em apreender a cidade como um "urbanismo de conjunto" e uma "soma de fragmentos" faz do Projeto Urbano uma ferramenta crucial para articular tais questões, bem como a escala necessária para se intervir na cidade, reconhecendo sua complexidade endógena e as complexidades urbanas. Como coloca TSIOMIS (1996), o Projeto Urbano se transformou num urbanismo de articulação: de tempos, escalas, atores, formas, processos, ou seja, de todos elementos que configuram o panorama plural do urbanismo.

A abertura conceitual colocada pelos projetos urbanos e pela questão da forma urbana clama por um novo corpo teórico que reconheça estas novas dinâmicas de interpretação, onde se instaure um momento de revisão crítica de teorias postuladas, tratando suas temporalidades como uma sinergia de anacronismo e vanguarda que os conceitos carregam consigo. Vemos a grande dificuldade em se constituir um quadro teórico que balize a produção arquitetural nos Projetos Urbanos. É possível e necessário se consolidar um novo corpo teórico? Porque tais fatos se apresentam desorganizados diante da constante busca pela consolidação de um caminho único? Não seria pertinente a presença destas dúvidas como constante impulso para melhor circundarmos o campo disciplinar de arquitetura e urbanismo nestas novas dinâmicas urbanas? São questões em aberto para futuras reflexões.

6. Referências Bibliográficas

- ASCHER, François. Metapolis: acerca do futuro da cidade. 1.ed. Oeiras, Portugal : Celta Editora, 1998.
- _____. Les Nouveaux principes de L'urbanisme. La fin des villes n'est pas à l'ordre du jour. Paris : Editions de L'Aube, 2001.
- BORJA, Jordi. Ciudadanía y espacio público. Revista CLAD Reforma y Democracia. nº12 Caracas, 1998.
- BRANDÃO, Zeca. O papel do desenho urbano no planeamento estratégico: a nova postura do arquiteto no plano urbano contemporâneo. Portal Vitruvius, Texto especial 134, junho 2002.
- BUSQUETS, Joan. Nuevos fenómenos urbanos y nuevo tipo de proyecto urbanístico. In UIA. Barcelona. Pp. 208-87, 1996.
- _____. Evolución del planeamiento hacia la escala intermedia. Curso: Planeamento e Projetos urbanos, São Paulo, 1999.
- CASTELLS, Manuel. Globalization, flows, and identity: The new challenges of design. In: CHOAY, Françoise. Nueva babel. El reino de lo urbano y la muerte da la ciudad. Arquitectura Viva nº35 Madrid-Espanha, 1994.
- DEVILLERS, Christian. Le projet urbain en question: continuité et discontinuité In: LA RECHERCHE en architectue – Un bilan international. Marseille. Ed. Parenhèses. Pp. 35-44, 1984.
- _____. Le projet urbain. In: Conférences Paris d'Architectes – Pavillion de l'Arsenal. Paris. Editions Pavillion de L'Arsenal. Mini PA nº2. pp. 7-48, 1994.
- DUPRÉ-HENRY, Dominique (org.). Composition urbaine. I-Repères. Paris : Service Technique de L'Urbanisme, 1992.
- _____. Composition urbaine. II-Projets. Paris : Service Technique de L'Urbanisme, 1992.
- ELEB-HARLÉ, N. Conception et coordination des projets urbains. Paris. Edition Recheaches, 2000.
- HAYOT, A. & SAUVAGE, A. (orgs.) Le projet urbain: enjeux, experimentations et professions. Paris : La Villette.
- MACHADO, Denise P. Projetos Urbanos: Metodologias, Discursos e Práticas. Relatório de Pesquisa. Laboratório de Projetos Urbanos (LAPU). FAU/UFRJ/PROURB, 1999.
- MAGALHÃES, Sergio F. Ruptura e Contiguidade. A cidade na incerteza. Rio de Janeiro : PROURB, 2006.

- MERLIN, Pierre, CHOAY, Françoise. Morphologie urbaine et parcellaire. Sait-Denis : PUV, 1988.
- MOSCATO, Jorge. O bairro está mudando: tudo que é sólido se desmancha no ar. In: PINHEIRO MACHADO, Denise B.; PEREIRA, Margareth S. e SILVA, Rachel Coutinho (org.) O Urbanismo em questão. Rio de Janeiro, UFRJ/FAU/PROURB, 2003.
- _____. El proyecto urbano como modo de construcción real de la ciudad. 1995
- _____. El espacio público y la imagen de la ciudad. Bienal do Chile, 2000.
- MUNIZAGA V., Gustavo. La nueva arquitectura y la ciudad, In: *Revista de Urbanismo, nº 5*, Santiago do Chile. Publicação eletrônica editada pelo Departamento de Urbanismo, FAU da Universidade do Chile, janeiro de 2002. <http://revistaurbanismo.uchile.cl/n5/munizaga.html>
- PANERAI, P. & MANGIN, D. Projet Urbain. Marseille : Ed. Parenthèses, 1999.
- PORTAS, Nuno. Urbanismo e Sociedade: construindo o futuro. In Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro : UFRJ/FAU/PROURB, 1996, p. 33
- _____. La emergenza Del progetto urbano. In Revista Urbanística 110, Roma, giugno, 1998.
- RÉMY, Jean. Les projet urbain: sens et significations. In “Projet Urbain: ménager les gens, aménager la ville.” Bélgica : Pierre Mardaga, 1998.
- RONCAYOLO, Marcel. Lectures de Villes. Formes et temps. Marseille : Ed. Parenthèses, 2002.
- SAMPAIO, Antonio Heliodoro. Desenho Urbano. Indagações críticas. In Desenho Urbano. Anais do II SEDUR. São Paulo : Editora PINI, 1986, p. 40
- _____. Antonio Heliodoro. Cidade e Imaginação: Desenho. In Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro : UFRJ/FAU/PROURB, 1996, p. 73
- SEMERANI, Luciano. "The School of Venice", In: Architectural Design, 55/6-1985, p. 10.
- SOLÁ-MORALES, Ignasi. Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- SOLÁ-MORALES, Manuel. La Segunda Historia Del Proyecto Urbano. Revista Urbanismo : 1987.
- TOMAS, François. Vers une nouvelle culture de l'aménagement des villes. In “Projet Urbain: ménager les gens, aménager la ville.” Bélgica : Pierre Mardaga, 1998.
- _____. Projets Urbains et Projet de Ville – la nouvelle culture a vingt ans. In Politiques de la Ville – Recherches et terrains – Les Annales de la Recherche urbain. N ° 68-69 SPPU/MELTT, 1995.
- TSIOMIS, Yannis. Projeto Urbano, Embelezamento e Reconquista da Cidade. In Cidade e Imaginação. Rio de Janeiro : UFRJ/FAU/PROURB, 1996.

_____. O projeto urbano hoje: entre situações e tensões. In: PINHEIRO MACHADO, Denise B.; PEREIRA, Margareth S. e SILVA, Rachel Coutinho (org.) O Urbanismo em questão. Rio de Janeiro, UFRJ/FAU/PROURB, 2003.

¹ Foram objetos destes projetos urbanos, segundo Sola-Morales (op.cit.), alguns importantes questionamentos, como os bairros residenciais, protagonistas do crescimento urbano em nova escala, os centros urbanos e os traçados das ruas como forma de ordenamento dos setores urbanos. Neste momento as exigências técnicas de grandes infra-estruturas cederam lugar ao valor monumental, ao tratamento paisagístico das obras públicas, uma idéia de que as intervenções que não eram nem arquitetura, nem plano, mas sim, um projeto urbano.

² O termo 'Projet Urbain', segundo Ingallina (2003) assume novas acepções como: "Projet de Ville", 'Plan Stratégique' ou "Projet Mairie".

³ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

⁴ Segundo o The Institute of Urban Design (IUD), o escopo de trabalho atinge seis pontos principais, a saber: (1) a preservação histórica e conservação urbana; (2) a importância do pedestre; (3) vitalidade e variedade de usos; (4) a paisagem cultural; (5) o contexto; (6) os valores arquitetônicos. Estas linhas de atuação do urban design nos incitam afirmar que parte do corpo teórico em que o projeto urbano busca consolidar, se encontra também presente no campo do urban design.

⁵ Entrevista com o arquiteto e urbanista José Cláudio Gomes, realizado por Adalberto da Silva Retto Júnior, Norma Regina Truppel Constantino e Marta Enokibara. In: <http://www.vitruvius.com.br/entrevista/gomes/gomes.asp>.

⁶ Os outros seriam: (2) a preocupação sociológica baseada na Escola de Chicago, posteriormente desenvolvida com o emblemático libelo de Janes Jacobs; (3) questões da imagem e "legibilidade" de Kevin Lynch (ano publicação), com um incremento de padrões observados por Gordon Cullen (ano public.) configurando uma possível disciplina participativa; (4) os estudos dos chamados "metabolistas" japoneses apoiados no rápido desenvolvimento tecnológico; (5) e a autocrítica irônica dos americanos com Denise Scot Brown e Robert Venturi.

⁷ Como afirma Portas (1996) o plano não é inimigo da incerteza, o plano vive da incerteza de sua capacidade, porém a incerteza é um dado do plano, não deve ser apagada e nem transfigurada como certeza. Assim, o projeto urbano não é um produto, pois deve ser uma habilidade, uma capacidade.

⁸ Uma outra representação da cidade contemporânea é vista por Baudrillard (1999). O que o autor chama de "troca impossível" é o que ocasiona as incertezas, ou seja, a dificuldade do pensamento lidar com o mundo material. Podemos ler em seu pensamento a transição para este mundo incontrolável: "(...) o Bem, outrora metáfora ideal universal, tornou-se uma realidade inexorável, a da totalização do mundo sob o signo da técnica. De repente, é o Mal que recupera toda a potência da metáfora" (pg. 97).

⁹ Bernardo Secchi redigiu com Giancarlo De Carlo o Plano Intercomunale Milanese e com Samonà nos planos para a província de Trento e do Valle d'Aosta. Participa, também, com Giuseppe Campos Venuti e Nuno Portas, do Plano de Madrid. Coordena o plano de Jesi, Siena, Abano Terme, Bergamo, Prato, Brescia, Pesaro e Narni, e o plano para o centro histórico de Ascoli Piceno. Suas principais publicações: *Prima lezione di urbanistica*, Laterza, Bari 2000. *Tre piani*, Franco Angeli, Milan, 1994. *Un progetto per l'urbanistica*, Einaudi, Torino 1989. *Il racconto urbanistico*, Einaudi, Torino 1984. *Squilibri territoriali e sviluppo economico*, Marsilio, Venezia 1974. *Analisi economica dei problemi territoriali*, Giuffrè, Milano 1965. *Analisi delle strutture territoriali*, Angeli, Milano 1965.

¹⁰ Em Palestra proferida no PROURB/UFRJ em 28 de setembro de 2005.

¹¹ Segundo Portas (op. cit.), a primeira geração surge nos anos 60 com as contribuições do Team X ao final dos CIAM, uma postura que já compreendia a insuficiência de grandes planos. A segunda geração seria marcada pelas intervenções pontuais de reparo das tramas urbanas como o IBA em Berlim e SAAL em Portugal.

¹² Com por exemplo os projetos para os concursos da Atlanpole de Nates (1988), Lê Port de La Lune (1989), Quartier Sextius-Mirabau (1990), Potsdamer Platz, Berlin (1991) entre outros.

¹³ Aqui, o normativismo teórico deve ser entendido como uma pré-disposição do arquiteto recorrer a esquemas de pensamentos arquitetônicos e urbanísticos engessados que, inevitavelmente, se tornam modelos de atuação.

¹⁴ Quanto a esta complexidade, Patrizia Ingallina (op. cit., p.39) afirma que o estado de concepção do projeto urbano estará sempre vinculado à soma das competências técnicas, com a dimensão criativa (caráter autônomo), além de se associar à opinião pública e às exigências políticas.

¹⁵ O autor identifica cinco correntes, (1) o planejamento modernista de cunho manualístico; (2) a tradição orgânica de Lewis Mumford, de fragmentos interrelacionados; (3) a escola tipológica que buscava regras científicas para o conhecimento da cidade edificada; (4) o "system design" de simulações urbanas; e por fim (5) a escola morfológica italiana e norteamericana.

¹⁶ Podemos perceber a pertinência das teorias que tratam das relações tipo-morfológica. Através de diversos autores, temos um retrato desta abordagem que surge com grande força na Itália num momento de grandes críticas às atitudes “modernistas” em intervir na cidade. Trabalhos como o de Saverio Muratori, Carlo Aymonino, Aldo Rossi, Gianfrancesco Caniggia, entre outros nos mostram a reação italiana dado a sua grande herança urbanística e contínua necessidade de adaptação das cidades aos novos tempos.

¹⁷ PROURB/UFRJ (Programa de Pós Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro). Projeto de Pesquisa coordenado pela professora Dra. Denise B. Pinheiro Machado, com apoio do Cnpq.

¹⁸ A entrevista faz parte de uma série organizada pelo Grupo de Pesquisa em Sistemas Integrados Territoriais e Urbanos (SITU), que é responsável pela organização do Workshop “Conhecimento histórico-ambiental integrado na Planificação Territorial e Urbana”, com a participação do urbanista italiano Bernardo Secchi, e contribuições dos Professores Doutores Aziz Ab’ Saber – (IEB USP), Jürgen Richard Langenbuch (Unesp- Rio Claro), José Cláudio Gomes (Unesp/FAU USP), Sylvio Barros Sawaya (FAU USP) e Witold Zmitrowicz (POLI USP), em 2003.